

Educação em Alerta



Jornal Sintep-MT - Edição - Agosto de 2022



**Em quatro anos,
políticas federais
e estaduais
empobreceram
trabalhadores da
educação**

**Prefeitos parceiros
no desmonte da
valorização profissional**

PÁGINA 09

**Formação de TDI's
reafirma política de
vanguarda na educação**

PÁGINA 10

**Greve da educação
foi legal, justa e
legítima, diz TJMT**

PÁGINA 11

EDITORIAL:

Pela democracia e pela esperança

Iniciamos uma nova gestão à frente do Sintep/MT com o desafio de organizar a classe trabalhadora para mantermos direitos e avançarmos em novos direitos. Além disso, teremos uma das mais importantes eleições, em que a classe trabalhadora terá que optar entre as armas ou os livros, a democracia como política de estado contra fakenews, que não contribui para gerar emprego e renda para o povo brasileiro.

São tempos desafiadores no estado de Mato Grosso. A política educacional e econômica para os mais pobres, está sendo desmontada gradativamente pelo governo Mauro Mendes, com a atuação direta do atual gestor da Seduc. Criaram uma política de instabilidade, do medo, da perseguição e do arrocho salarial dos/as trabalhadores/as da educação.

De fato, nós temos a certeza que a gestão que encerramos no dia 29 de julho de 2022 encarou uma das maiores greves de trabalhadores/as em educação, em 2019. Uma greve declarada em 2022, legal, justa e legítima, quanto as suas pautas. Reivindicações que não foram atendidas por incompetência do atual governador, ou perseguição à categoria da educação.

Ao olharmos para o processo eleitoral de Mato Grosso, fica comprovado que a atual administração não atenderá as pautas dos/as trabalhadores/as da educação. Implementaram a política de arrocho salarial e negação da RGA, como principais metas do governo. Sem contar o confisco sobre aposentadorias e pensões, que na minha concepção, é um roubo disfar-

çado de contribuição previdenciária.

Por isso, mais do que nunca, é importante e necessário atenção às plataformas dos governos, tanto no estado de Mato Grosso como do governo federal; as políticas que defendem e quem são os seus aliados; e, que serão os nossos deputados e senadores. Quem está se colocando à disposição para representar o povo mato-grossense, tanto no Congresso Nacional como na assembleia legislativa, tem compromisso com a classe trabalhadora ou serão fidedignos “capan-gas” de políticas de retiradas de direitos e estado mínimo.

Chamo a atenção para que nós, enquanto classe trabalhadora, fiquemos atentos nesse processo eleitoral para não comprarmos 6 por meia dúzia e não direcionemos nossos votos para pessoas que não tenham compromisso real com o povo trabalhador.

A decisão está na nossa mão. O primeiro processo superamos que foi a organização das nossas eleições e organização sindical. Agora falta apenas a nossa participação e mobilização para decidirmos se que queremos um Brasil de armas ou de livro. Se queremos a democracia ou a ditadura da fakenews.



O governo MM reeleito é sinônimo de retrocesso e desesperança



A gestão Mauro Mendes, desde 1º janeiro de 2019, foi marcada pela inoperância e arrogância. O governador construiu uma força tarefa de desmonte ao serviço público e de DESESPERANÇA ao funcionalismo público, em especial a EDUCAÇÃO Básica.

Com práticas e ações semelhantes às estratégias usadas no período da Guerra Fria, entre EUA e antiga União Soviética, nos anos 60. Podemos afirmar que o governo Mauro Mendes conseguiu fazer com que as UTOPIAS se tornassem PESADELO constitucionalizado.

De forma oportunista, usa o aparelho do Estado a seu “bel prazer”. Tentou jogar a opinião pública contra o servidor público, criando uma falsa ideia de que esta não necessita do serviço público, ignorando esse segmento que na realidade é o carro chefe do Estado.

A função do Aparelho de Estado é zelar pelo bem comum do cidadão que paga seus impostos de forma COMPULSÓRIA, sem qualquer margem para se livrar desses ENCARGOS, sendo que o servidor não está IMUNE desta carga tributária.

Esse governo TIRANO de Mauro Mendes tirou a expectativa

e a esperança de sonhar e de acreditar em um Estado pujante de crescimento, para colocar na ordem do dia, a desesperança, o ódio, a falcatura, a ganância, sem nenhum PUDOR. Consolidou o arrocho salarial, de forma caprichosa revela ódio e o descompromisso para com os trabalhadores da educação, quando não cumpre a recomposição salarial, hoje em mais de 20 % só da RGA, sem contar a lei 510/2013, da dobra do poder de compra, que foi negada.

Não podemos deixar de ressaltar a situação caótica dos aposentados, que pagavam complementação previdenciária para benefícios a partir do TETO do INSS, e que, com a reforma da Previdência de Mauro Mendes, tiveram MAJORADO o desconto, antes entre R\$170,00 a R\$ 200.00 reais, para R\$ 750 a R\$ 900 reais, um verdadeiro CONFISCO dos proventos. Tal medida representa uma sangria no bolso do aposentado, sem contar que retira um valor considerado de um CAPITAL de GIRO para o comércio e mercado em geral, se considerarmos todo o funcionalismo estadual. Seriam receitas que voltam como moeda comercial que auxilia no próprio equilíbrio da economia.

Enfim, temos que lembrar que somos servidores públicos e que somos também a RESSONÂNCIA da divulgação de denúncias daquilo que muito nos aflige em todo período da gestão Mauro Mendes, e que precisamos manter a coragem de dizer não a este governo TIRANO, não a este que criou um ESTADO de CALVÁRIO ao funcionalismo público, principalmente aos trabalhadores da educação.



EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso
Rua Mestre João Monge Guimarães, 102 - Bairro Bandeirantes - Cuiabá-MT
Fone: (65) 3317.4300 - 0800.654343 - fax: 3317.4327
Site: www.sintep.com.br
Email: comunicacao@sintep.org.br

Presidente: Valdeir Pereira
Secretaria de Comunicação: Edevaldo José Santos e Ester Assalin
Secretária-geral: Miriam Ferreira Botelho
Revisão: Maria Luiza Zanirato
Edição, Redação: Roseli Riechermann (MTB 24400) e Andressa Boa Sorte
Editoração Eletrônica: Gonçalo Arruda
Fotos: Divulgação e Sintep-MT

Educadores registram recorde de perdas salariais nos últimos quatro anos



Fotos Sintep-MT: Rogério Fiorentino/Olhar Direto

Sob a gestão Mauro Mendes os trabalhadores da educação da rede estadual de Mato Grosso bateram recorde de perdas salariais. Em 2022 esse achatamento do piso salarial chegou a 70%. Dos R\$ 5.380,00 previstos pelas legislações, recebem o salário inicial de R\$ 3.164,76. São quatro anos sem Revisão Geral Anual (RGA), Política da Dobra do Poder de Compra (Lei 510/2013) e, no último ano, defasagem de 21,52% no valor mínimo estabelecido pela Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

A ausência de correção nos salários, apenas com base na inflação, dos últimos quatro anos, soma um arrocho superior a 20% para os educadores e demais categorias do executivo estadual. A esses prejuízos inclui-se, na educação, a suspensão da política da Dobra do Poder de Compra (Lei 510/2013), que desde 2019 deixou de ser aplicada, retirando mais 30,76% da remuneração dos profissionais, nos últimos quatro anos.

A lei, aprovada em 2013, e suspensa na gestão Mauro Mendes, é uma tentativa de amenizar a defasagem salarial acumulada ao longo dos anos, e que colocava a carreira da educação entre as piores do executivo estadual, se comparada a outras com o mesmo nível de formação (saúde, segurança, etc). “Com tamanha defasagem será preciso novos cálculos para assegurar o poder de compra e cobrir os danos provocados pelo atual governo”, afirma o presidente do Sintep-MT, Valdeir Pereira.

SÓ EM 2022

Apenas em 2022, os trabalhadores amargam 32,37% de arrocho salarial, se for somado ao percentual da RGA e a dobra do poder de compra, e o calote de 21,52% na Lei 11.738/2008, do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Este ano, o percen-

tual de correção nacional elevou o mínimo salarial da categoria, o PSPN, para R\$ 3.845,63. O piso salarial de Mato Grosso está estacionado em R\$3.164,76.

Essas perdas registram um retrocesso significativo para os trabalhadores da educação de Mato Grosso. Um estado que, desde 2013, tinha uma pequena vantagem sobre o valor do PSPN, devido a luta dos trabalhadores com a aplicação da Lei 510/2013, que antecipou, inclusive, a meta 17 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). “O desastre da administração Mauro Mendes só tem comparação com os correligionários da década de 90”, afirma Valdeir Pereira, fazendo menção a gestão dos Campos no governo de Mato Grosso.

PERDA DE PODER DE COMPRA

Entre 2019 a 2022 o governo pagou apenas duas revisões inflacionárias: 2%, em 2021, e 7% em 2022. Um total de 9% em quatro anos, sendo que apenas em 2021 a inflação chegou a 10,16%, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) para o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). Caso a lei da dobra do poder de compra fosse respeitada, os profissionais teriam ainda um ganho real de mais de 7,69%. Percentual que foi descartado pelo governo Mauro Mendes, mesmo com a projeção da Dobra ter sido feita para cumprir até 2023.

Os 2% repassados da RGA foi considerado pelos servidores públicos como repasse do débito, ainda da gestão Pedro Taques. Em 2017, os deputados aprovaram a lei do parcelamento da RGA (lei nº 10.572), com vigência até 2019. Contudo, nem o governo na ocasião, tampouco a gestão Mauro Mendes (2019-2022) assumiu o compromisso de estado, feito com o funcionalismo.

PREVIDÊNCIA SOCIAL EM MATO GROSSO

A VERDADE SOBRE O ROMBO NOS COFRES PÚBLICOS!



Nos últimos dois anos, aposentados e pensionistas do estado de Mato Grosso amargam a injustiça e a crueldade praticadas pelo governador Mauro Mendes, com o confisco de 14% da alíquota do INSS sobre o pagamento do benefício. A “desculpa” utilizada pelo então Chefe do Executivo Estadual, era de que havia um “déficit” nas contas da Previdência.

Tal argumento, no entanto, revela a gravidade por trás do suposto rombo, diante do relatório de 254 páginas, elaborado após apuração da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa, que investigou a origem do desajuste financeiro desses recursos. Entre as principais constatações feitas pela Comissão, foram as de que houve desvio de recursos e má gestão do dinheiro. Ou seja, de rombo, na verdade, estamos falando de roubo do dinheiro público. Conta essa que o governo jogou sob os lombos do trabalhador que já se aposentou tendo contribuído a vida toda com a previdência.

CPI DA PREVIDÊNCIA

Após 3 anos, o relatório final da investigação foi apresentado e aprovado na Assembleia Legislativa, em abril de 2022. De acordo os apontamentos feitos pela apuração, os recursos que deveriam suprir o pagamento de aposentadorias dos servidores públicos foram utilizados indevidamente por outras pastas do Executivo. “Houve uma ingerência por parte dos últimos governos e se desviou o foco do que a Previdência deve fazer. Foram direcionados recursos para outras áreas como assistência social, da saúde e esse não é objetivo”, diz trecho do relatório.

A CPI apurou o histórico de irregularidades nos últimos 20 anos, divididos em 3 períodos que englobaram a criação e extinção de órgãos instituídos para fazer o controle da Previdência Estadual:

- Da criação à extinção do Ipemat;
- Da instituição da Suprev até o MTPrev;
- Do MTPrev até os dias atuais

A CPI revelou um rombo de mais de R\$ 1 bilhão por período. Além do desvio da finalidade de verbas, também foi constado o registro de imóveis que deveriam ser utilizados para amortizar o

déficit previdenciário, mas que na verdade, sequer existiam. A CPI indicou no relatório, a necessidade da criação de outras fontes para captação de recursos para a previdência e também um controle mais rígido na aplicação do dinheiro. Essa alternativa proposta no relatório descartaria a atual taxação de 14% da alíquota paga pelos servidores aposentados e pensionistas.

O presidente do Sindicato dos Servidores no Ensino Público de Mato Grosso, Valdeir Pereira, resalta que a taxação atual é cruel e desumana, uma vez que o aumento do desconto previdenciário, impactou drasticamente o orçamento dessas famílias. “São servidores que já contribuíram devidamente com o estado enquanto estavam em atividade. Não é justo que agora eles tenham que contribuir novamente e com um percentual tão abusivo, o que, para nós, não se trata de contribuição, mas sim de um roubo descarado por parte do governo, dessas aposentadorias e pensões. É inaceitável que os servidores sejam sacrificados para pagar essa conta proveniente de desvios e de má gestão dos recursos públicos”, disse.

Além disso, o sindicalista criticou a falta de um critério justo e coerente por parte do governo Mauro Mendes na análise do cálculo atuarial. “O governador não levou em conta o período em que o Estado teve a contribuição apenas dos servidores públicos e não fez a sua contrapartida com a parte patronal. Portanto, o ‘déficit’ que o governo traz nesse cálculo é injusto, uma vez que olha apenas para os números e desconsidera o processo histórico da previdência e transfere essa responsabilidade para nossos aposentados e pensionistas que já contribuíram”.

Segundo Valdeir, o governo Mauro Mendes utiliza-se da prerrogativa de Presidente do Conselho de Previdência para que as “maldades vergonhosas”, aconteçam com aqueles que já contribuíram e em alguns casos estão até sem condições de fazerem a luta porque já estão acamados e não tem mais saúde para fazer a resistência contra essa arbitrariedade.

Valdeir ainda citou que a luta sindical continua. “Diante desse resultado da CPI, a nossa perspectiva é de que os órgãos competentes venham agir de modo a cobrar do governador que estiver à frente do Estado, para que retome aos critérios obedecendo ao teto do INSS e a contribuição ao que exceder esse limite”, finalizou.

**VOTO NÃO
TEM PREÇO,
TEM
CONSEQUÊNCIA**



Governos Bolsonaro e Mendes: as duas faces da mesma moeda!



Para o ensino público e seus trabalhadores, os resultados das urnas serão, sem sombra de dúvida, determinantes no que diz respeito à manutenção (ou não) dos direitos conquistados até aqui, com muita luta, por toda a categoria.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, Valdeir Pereira, alerta que, nunca antes na história, viu-se um ataque tão orquestrado à classe trabalhadora. “Temos visto que as reformas coordenadas pelo governo federal, se infiltraram com força nos estados e municípios, travestidas de reajuste fiscal e econômico, mas que na verdade, não passam de estratégias para desmontar a educação pública, retirar direitos de servidores e desestruturar cada vez mais a democracia, liberdade e qualidade da educação”, disse Valdeir.

Diante disso, o Sintep-MT faz um alerta a todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação para que, neste pleito

eleitoral, avaliem com muito critério a escolha de seus candidatos, uma vez que, eleitos, são eles que poderão votar a favor ou contra as propostas de lei que interferem diretamente no exercício das carreiras que integram o sistema público de ensino. Nos cargos do executivo (governador e presidente), são estes que direcionam políticas públicas e definem o “tom” que dão na lista de prioridades dos gastos públicos, incluindo a valorização, ou não, dos servidores públicos. Ambos, Jair Bolsonaro e Mauro Mendes, já mostraram sua verdadeira face e como desprezam o serviço público e os trabalhadores da educação. “Todos nós devemos fazer uma profunda reflexão à respeito do peso do nosso voto nestas eleições”, disse Valdeir.

Para ajudar nessa avaliação, o Sintep-MT elaborou um relatório mostrando QUAIS são os parlamentares e os partidos por eles representados, que, costumeiramente VOTAM com posicionamentos que PREJUDICAM visceralmente os trabalhadores da educação.

Reforma da Previdência Estadual

Por 16 votos favoráveis e oito contrários à Reforma da Previdência do governo Mauro Mendes - Projeto de Emenda Constitucional (PEC) número 06, foi acatada por maioria dos parlamentares na Assembleia Legislativa do estado. Para o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT), a vitória do exe-

cutivo simboliza mais um desmonte de direitos para os servidores públicos. A votação feita na pressão e às pressas, inviabilizou qualquer tentativa de negociação com as categorias, e decretou aos servidores mais tempo em atividade, aumento da contribuição previdenciária, e redução no salário da aposentadoria.

VEJA QUAIS DEPUTADOS VOTARAM A FAVOR DESSE PROJETO QUE ATACA DIREITOS DOS TRABALHADORES:

Eduardo Botelho	(DEM)
Carlos Avalone	(PSDB)
Dilmar Dal Bosco	(DEM)
Xuxu Dal Molin	(PSC)

Dr. Gimenez	(PV)
Nininho	(PSD)
Pedro Satélite	(PSD)
Romoaldo Júnior	(MDB)

Sílvio Fávero	(PSL)
Ulysses Moraes	(PSL)
Wilson Santos	(PSDB)
Delegado Claudinei	(PSL)

João Batista	(Pros)
Faissal	(PV)
Dr. Eugênio	(PSB)
Valmir Moreto	(PRB)



Leis aprovadas por maioria dos parlamentares da ALMT comprometem direitos dos trabalhadores da educação

LEI Nº 614/2019

Lei nº 614/2019, que cria um “subterfúgio” (amplia o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal) para nunca pagar a recomposição da RGA.

LEI 654/2020

A Lei 654/2020 – Reforma da Previdência, aumentou a taxa de contribuição previdenciária e instalou o confisco de 14% dos aposentados e pensionistas que eram isentos de contribuição

LEI Nº 10.819

Lei nº 10.819, que estabelece a política equivocada no cálculo da recomposição inflacionária (RGA), tendo como critérios receita corrente líquida ajustada ao gasto de pessoal.

PLC 36/2020

PLC 36/2020 - Por maioria parlamentar, deputados aliados ao governo votam pelo veto ao PLC 36. O veto compromete a vida de cerca de 35 mil aposentados, pensionistas e familiares que permaneceram com o confisco de 14% na remuneração.

PDL nº 01/2022

PDL nº 01/2022 - Aprovação do projeto de decreto legislativo. O projeto previa a derrubada do veto do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que barrou o pagamento de 4,19% do RGA referente ao ano de 2018 sobre a remuneração dos servidores públicos do estado de Mato Grosso.

Legislações nacionais que atacam a Educação Pública

Emenda Constitucional 95 (PEC da Morte)

A proposta define que as despesas da União só poderão crescer, nos próximos 20 anos, até o limite da inflação do ano anterior. Na prática, Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público e Defensoria Pública da União não poderão aumentar suas despesas de um ano para o outro acima da inflação registrada no ano anterior. Em caso de descumprimento do teto, a PEC estabelece uma série de restrições, entre elas, a proibição de realizar concursos públicos ou conceder aumento para qualquer membro ou servidor do órgão.

VOTARAM PELA APROVAÇÃO DA “PEC DA MORTE”

NA CÂMARA FEDERAL

Adilton Sachetti	PSB
Carlos Bezerra	PMDB
Ezequiel Fonseca	PP
Fabio Garcia	PSB
Nilson Leitão	PSDB
Tampinha	PSD
Valtenir Pereira	PMDB

NO SENADO

José Medeiros	(PSD)
Wellington Fagundes	(PR)
Cidinho Santos	(PR)

Reforma Trabalhista

A reforma trabalhista, além de pender para um único lado – o dos patrões –, tende a agravar a pobreza e a distribuição de renda na sociedade, tornando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Isso porque a renda do trabalho e das famílias ficará ainda mais reduzida frente aos lucros dos empresários que detêm os meios de produção, contribuindo para agravar nossa histórica dívida social. Mais uma vez, os três senadores de Mato Grosso à época do projeto, votaram favorável a aprovação. São eles: Cidinho Santos - PR, Wellington Fagundes – PR, e José Medeiros – PSD.

JÁ ENTRE OS DEPUTADOS, VOTARAM PELA APROVAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA:

Carlos Bezerra	PMDB
Ezequiel Fonseca	PP
Fabio Garcia	PSB

Nilson Leitão	PSDB
Victório Gali	PSC
Valtenir Pereira	PMDB

Terceirização da Educação

Entre outras coisas, o projeto de lei (PL 4302/98) que tramita no congresso nacional, permite a terceirização até da atividade-fim de uma empresa. Ou seja, uma escola poderá terceirizar não apenas o serviço de limpeza, mas a contratação de seus professores, por exemplo. Ainda falta a análise de destaques que podem alterar pontualmente a proposição apoiada pelo governo. Veja quais deputados de Mato Grosso votaram pela aprovação dessa pauta que permite a terceirização da educação pública:

FORAM FAVORÁVEIS À TERCEIRIZAÇÃO OS DEPUTADOS FEDERAIS MT

Victório Gali	PSC
Adilton Sachetti	PSB
Carlos Bezerra	PMDB

Nilson Leitão	PSDB
Valtenir Pereira	PMDB
Ezequiel Fonseca	PP

Apoio de prefeitos de MT à reeleição de Mauro Mendes é ameaça às políticas de educação

Diz o ditado que “filho de peixe, peixinho é”. Quando o assunto é desrespeitar direitos dos trabalhadores da educação, a sabedoria popular se encaixa “como uma luva”. Prova disso é que, circula nos meios de comunicação mato-grossense que, em pleno período de campanha eleitoral de 2022, 140 dos 141 prefeitos do estado, assinaram uma tal “carta de apoio” à reeleição do governador Mauro Mendes, o inimigo da educação e dos educadores. Curiosamente, o único prefeito que não se comprometeu em apoiar Mendes, foi o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro.



Um dos exemplos mais evidentes de aliado de Mauro Mendes é a prefeitura de Várzea Grande. Deliberadamente, se recusa a pagar o que deve. Mesmo com parecer do Tribunal de Contas apontando que o município deve fazer o rateio das Sobras do Fundeb para os trabalhadores da Educação, isso não foi cumprido.

Para o Sintep-MT, a prefeitura de Várzea Grande retrata a situação da maioria dos gestores públicos municipais no que tange ao tratamento desses prefeitos para com os servidores públicos. “É impossível não fazermos essa ligação entre a forma como esses gestores não valorizam os trabalhadores e, em especial, os educadores, com a situação política do nosso estado. O apoio desses 140 prefeitos, ao governador Mauro Mendes, mostra de que lado eles estão: contra a educação e contra qualquer tipo de valorização profissional. Precisamos, enquanto categoria, ter esse olhar político, especialmente em ano eleitoral, e fazer essa crítica de como o nosso voto tem poder. Mauro Mendes já provou por mais de uma vez que odeia os servidores públicos e que seu projeto é destruir os direitos conquistados até aqui, através de muita luta”, disse o presidente da Entidade de Classe, Valdeir Pereira.

O Sindicalista ainda reforçou que o cenário caótico em Várzea Grande, se repete também em praticamente todos os outros

municípios do estado. “Fica muito evidente a falta de vontade política em valorizar os educadores, mesmo quando a própria lei está do nosso lado. Várzea Grande, por exemplo, gasta hoje, cerca de 42% da Receita Corrente Líquida. Esse percentual está muito distante daquilo que está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal como limite prudencial, de 51%. Ou seja, a prefeitura tem condições financeiras orçamentárias de pagar o rateio do Fundeb e também o piso conforme a lei, mas simplesmente escolhe não pagar”, criticou Valdeir.

COINCIDÊNCIAS SUSPEITAS

Para o Sintep-MT, não existe coincidências no repentino apoio dos 140 prefeitos municipais ao projeto de reeleição de Mauro Mendes. “O que temos visto já há algum tempo nessa atual gestão do governo do estado, é que, quanto mais a educação pública é tratada como mercadoria, mais dinheiro público isso movimenta. Ocorre que esses milhões de reais, passam longe de uma aplicação que vise melhorias na qualidade de ensino e valorização do conjunto de trabalhadores e sim; faz um caminho inverso, sendo despejado nas mãos de empresas da iniciativa privada, como vimos acontecer com a compra desnecessária de apostilas – quando o MEC as distribuía livros didáticos.



PROFUNCIONÁRIO

Sintep-MT retoma protagonismo na luta por formação profissional

O protagonismo do Sintep-MT em várias políticas de valorização dos trabalhadores da educação não ficou estagnado, mesmo diante de governos nada estadistas, como o caso de Mauro Mendes e Jair Bolsonaro. Corre paralelamente às lutas por recuperação de perdas estabelecidas nas atuais gestões federal e estadual, projetos inovadores para os profissionais da educação e toda a sociedade.

O secretário de funcionários do Sintep-MT, Klebis Marciano, destaca como inovadora as parcerias alternativas para financiamento de qualificação dos profissionais, como os cursos para Técnicos em Desenvolvimento Infantil (TDI), único no país, e que foi consolidado com financiamento para a oferta pelo IFMT, em três municípios; Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e, Ribeirão Cascalheira. Sendo que este último expandiu as vagas para Canarana e Água Boa. “Já teremos o resultado dessa formação em outubro de 2022, com a primeira turma diplomada”, informa Klebis.

Desmante dos direitos conquistados

Desde 2019, com o ingresso do atual governo federal, foi cortado pelo Ministério da Educação o financiamento da manutenção do curso Profuncionário. Por sua vez, em Mato Grosso, o governador Mauro Mendes, age de forma similar, por meio da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT), extingue o setor que atuava com a qualificação dos funcionários de escola do quadro administrativo da entidade.

“No segundo ano de mandato da gestão Mauro Mendes não tínhamos mais a pessoa responsável na Seduc-MT que tratava dessa formação e fazia a ponte com demais instituições, como o caso do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), para ofertar o curso no estado”, relata o secretário de funcionários do Sintep-MT, Klebis Marciano



Formação pelo Profuncionário é um projeto vanguarda do Sintep-MT que agora se estende para TDI's

Levantamento de demanda revela grande expectativa

Uma pesquisa do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) sobre levantamento de demanda para o Profuncionário, realizada em julho de 2022, mais de 8 mil pessoas mostraram interesse na formação de funcionários de escolas das redes municipais e estaduais que responderam ao questionamento da instituição.

A pesquisa foi realizada logo após anunciado pelo IFMT recursos de emenda parlamentar federal para a oferta do Profuncionário, em Mato Grosso. A confirmação da abertura de vagas, pelo Instituto aponta a viabilidade de 2.500 mil inscrições, para outubro de 2022, com edital de seleção. As aulas estão previstas para iniciar em março de 2023. Serão disponibilizadas pelo IFMT 2.240 vagas para profissionais da rede estadual e 461 para trabalhadores da rede municipal, sendo 410 para Cuiabá, e 51 para o município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

“Apesar de ainda não estar claro se haverá ou não nova turma pelo IFMT em 2023, a parceria do Sintep-MT com a instituição tem garantido avanços significativos da política educacional para funcionários e escolas públicas, que estavam emperradas durante toda a gestão Mauro Mendes”, alerta o secretário de Funcionários do Sintep-MT, Klebis Marciano.

Legalidade da greve de 2019 reforça luta por direitos

Foram necessários três anos de luta e resistência para o reconhecimento, na Justiça, da legalidade da greve dos trabalhadores da educação da rede estadual de Mato Grosso, em 2019. Mesmo diante de calotes salariais recorrentes, perdas de direitos provocadas pelo governo nos últimos quatro anos, o reconhecimento da legalidade do movimento paredista pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em seção de direito coletivo do TJMT foi um fortalecimento e reafirmação só com a luta se assegura e avança nas conquistas.

A assessora jurídica do Sintep-MT, Ignez Linhares, destaca que a greve foi reconhecida como legal, além de legítima. Conforme ela, o parecer do Procurador de Justiça Luiz Alberto Scaloppe, fez destaque sobre o movimento paredista como o único mecanismo de defesa dos trabalhadores para terem os direitos assegurados.

“Os desembargadores, por unanimidade, acompanharam o voto da relatora, desembargadora Maria Erotides Kneip. No



Desembargadora Maria Erotides Kneip julgou legal a greve do Sintep-MT de 2019

relato ela reconheceu como improcedente todas as alegações apresentadas pelo governo Mauro Mendes, destacando contradições nas próprias argumentações apresentadas para justificar o corte de pontos e a ilegalidade da greve”, relata advogada Ignez Linhares.

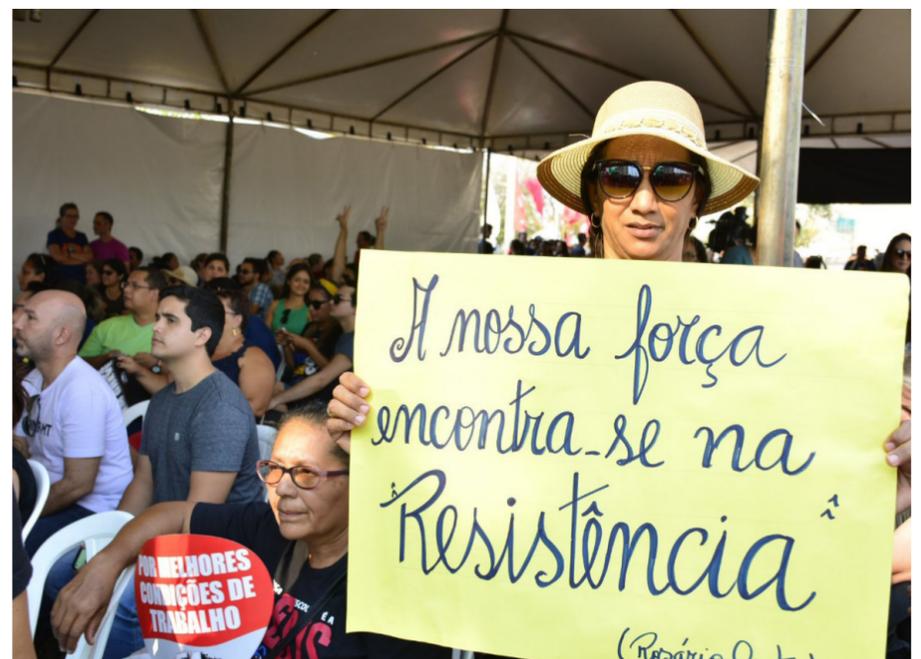
DESCASO
Para o Sintep-MT, a judicialização da greve foi mais uma das manobras do governo Mauro Mendes. “O descaso do governo Mauro Mendes com a pauta da categoria e a intervenção judicial, só serviram para penalizar ainda mais os trabalhadores. O corte de salários colocou os profissionais numa situação de penúria; sem remuneração e dependendo de ajuda de outros, com ações assistenciais”, destaca o presidente do Sintep-MT, Valdeir Pereira.

A greve foi decretada diante do calote do governo Mauro Mendes na Lei da Dobra do Poder de Compra (Lei 510/2013). Passado o mês da data base, em maio de 2019, sem responder às reivindicações dos trabalhadores, o governo reafirma o decreto de calamidade financeira (07/2019) e ignora as reivindicações e a legislação.

Dados veiculados na mídia revelavam que; “Em maio de 2019, já sob o comando de Mauro Mendes, Mato Grosso esti-



mava arrecadar R\$ 2,097 bilhões e arrecadou R\$ 2,209 bilhões, sempre mantendo maior volume arrecadado do que o previsto”, informava a Gazeta Digital em matéria de maio de 2020, quando a arrecadação dava novo salto superando previsões para o ano.



PERVERSO

Durante toda a gestão o governo, com apoio da maioria dos deputados da Assembleia Legislativa, aprovou-se nova medida que alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal no estado, reduzindo limite de gasto com folha, com objetivo de negar a recomposição inflacionária e lei da Dobra do Poder de Compra. Contudo, não mexeu nos valores de isenção e renúncias fiscais, pelo contrário houve aumentos entre 2019 e 2022.

Diante do desrespeito ao cumprimento das legislações, os trabalhadores da educação se manifestam e como resposta do governo são penalizados com corte de salários, na tentativa de oprimir o movimento e a luta pelo cumprimento da legislação vigente. “O desespero das famílias sem renda foi tamanho, que o Sindicato fez coleta para compra e distribuição de cestas básicas, por meio de pedágio nos semáforos da capital para ajudar os companheiros e companheiras que passavam necessidade”, lembra Valdeir Pereira.



Sem cumprimento da Lei de Gestão Democrática governo amplia situações de assédio moral

Passados quatro anos de desrespeito do governo Mauro Mendes à Lei de Gestão Democrática na Educação Pública de Mato Grosso (Lei 7040/98), os trabalhadores da educação registram inúmeras situações suspeitas de assédio moral. De forma impositiva, as práticas estão ocorrendo por meio da gestão escolar e pelas Diretorias Regionais de Ensino (DRE's) instaladas no atual governo.

Em agosto de 2022, o Sintep-MT ouviu relato de profissionais sobre escolas que realizam monitoramento de redes sociais, privadas, com clara conotação de perseguição de ordem política, ou partidária, do educador. Apesar de grave, a denúncia não é oficializada pelo temor dos educadores a represálias. “Alguns profissionais, em especial os com vínculo precário na rede estadual, sofrem com sentimento de coação, medo e terrorismo. Uma clara evidência de assédio moral”, afirma o presidente do Sintep-MT, Valdeir Pereira.

Outro fato registrado em nota de repúdio, os profissionais da educação escolar quilombola do município de Vila Bela da Santíssima Trindade manifestaram a indignação com a falta de respeito e humilhação feita pela Diretora Regional de Ensino (DRE), de Pontes de Lacerda. Durante encontro de Mulheres Negras, em julho, no município, a diretora desqualificou as práticas educacionais da Escola Estadual quilombola Verena Leite de Brito. Durante pronunciamento, a gestora desqualificou o trabalho desenvolvido pela comunidade escolar que, em nota, relataram que a referida educadora des-

conhece as práticas na unidade, pois não visita à escola e sequer conhece os trabalhos desenvolvidos. Contudo, sem qualquer habilidade de gestão humilhou a todos.

Outra situação registrada pelos dirigentes do Sintep-MT foi o impedimento de participação nas discussões das etapas municipais da Conferência Nacional de Educação (CONAE). “Todos os anos de Conferência, os debates são feitos por profissionais com estudantes também. Este ano, as escolas estaduais de Canarana inviabilizaram o educador de participar, alegando que, comparendo na Conferência, teriam falta” relata o presidente da subsede do Sintep-MT em Canabrava do Norte, Djalma

Situação semelhante ocorreu em Barra do Garças com registro na fala do presidente da subsede, Gibran Dias, que se posicionou contra a organização da CONAE, no município. A Diretoria Regional de Ensino não autorizou a participação da comunidade escolar para avaliação do documento. “Na etapa municipal, inclusive, o sindicato compôs a mesa, mas foi a única representatividade sem direito à fala”, relata.

Gibran lembra que fez uma nota de agravo, lida no encerramento, com destaque para as ações autoritárias e antidemocráticas da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso, bem como as Diretorias Regionais de Educação, chamadas pelos profissionais de “delegacias”. A CONAE é a Conferência de Educação, que deveria ser um espaço democrático aberto para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional.